

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Aprovação do pacote foi passo importante, mas preocupação fiscal deve continuar, diz Baleia Rossi 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Planos de previdência privada arrecadam R\$ 51,2 bilhões 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Diretor do Banco Mundial elogia reformas e vê ação do BC como "essencial" 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo cenário para o Brasil - SÉRGIO ABRANCHES 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A missão para 2025 - HENRIQUE MEIRELLES 11

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Devolução de parte de impostos à baixa renda 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende atuação do BC para equilibrar o câmbio 13

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária e alguns possíveis entraves jurídicos 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'A deterioração das expectativas de inflação é preocupante' 16

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Pressão pela reforma agrária 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula agarra-se à âncora do jovem chamado Galípolo' 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Para 2025, cenários mais desafiadores 22

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
ECONOMIA

Produtos da ceia de Natal sobem mais que a inflação 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Incerteza sobre ânimo do governo para ajustar as contas gera ruído (Artigo) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Especialistas apostam que renda fixa vai ser o destaque do próximo ano.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Incerteza fiscal turva o cenário decréscimo para 2025 e 2026 - SERGIO LAMUCCI.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Emergentes queimam bilhões de reserva para segurar moeda.....35

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - AGRONEGÓCIO
ECONOMIA

Setor agrícola tende a crescer 5% em 2025, segundo a CNA.....37

Aprovação do pacote foi passo importante, mas preocupação fiscal deve continuar, diz Baleia Rossi

AndreaJubé

O presidente nacional do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), disse ao Valor que o governo e o Congresso deram uma sinalização importante com a aprovação do pacote fiscal, mas ressaltou que essa preocupação tem que se manter no radar no ano que vem, e cobrou amadurecimento dos partidos de esquerda em relação a essa pauta. Ele adiantou que o partido fará um debate no ano que vem para elaborar novas propostas para o país, e definir a posição da sigla sobre a sucessão presidencial de 2026.

O MDB saiu fortalecido das eleições municipais de outubro. Perdeu o posto de campeão em número de prefeituras para o PSD, mas ficou em segundo lugar, com 856 prefeitos eleitos, sendo 5 gestores de capitais, inclusive o prefeito reeleito de São Paulo, Ricardo Nunes.

Além disso, teve um papel de protagonismo nas recentes propostas para melhorar o ambiente econômico e fiscal no país. Baleia foi o autor da proposta de emenda constitucional (PEC) 45 da **reforma tributária**, aprovada no ano passado, e cuja regulamentação foi concluída na semana passada pelo Congresso.

Em paralelo, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, participou da elaboração das medidas de ajuste fiscal junto com o Ministério da Fazenda. Ela apareceu no vídeo gravado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sexta-feira (20), ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do novo presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, com o objetivo de enviar uma mensagem de confiança ao mercado.

Também coube aos parlamentares do MDB relatórios do pacote fiscal no Congresso. O líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), relatou o projeto de lei que limitou o aumento real do salário mínimo e fez ajustes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), enquanto o senador Marcelo Castro (MDB-PI) foi relator da PEC que fez alterações no abono salarial e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Baleia admitiu que o Congresso esperava um pacote "mais robusto", mas acha que foi importante como um primeiro passo. "O mercado não acreditava que o Congresso iria votar os três projetos, era minha sensação conversando com muitas pessoas", afirmou. "Eles [investidores] estavam descrentes de que nós conseguiríamos avançar ainda esse ano com esses três projetos, e nós conseguimos", completou.

Sobre a **reforma tributária**, o dirigente do MDB avalia que terá um reflexo "mais a médio e longo prazo", mas foi uma entrega importante. "O que nós precisamos fazer é em fevereiro, já com uma nova realidade na Câmara, com a nova presidência da Casa, e junto com o governo, continuar sinalizando que há essa preocupação fiscal, sem votar matérias que aumentem o gasto público", destacou.

"Decisão [sobre 2026] será tomada lá na frente, ouvindo atodos" Baleia Rossi

O emedebista acha "meritório" ampliar a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil, que é a maioria dos trabalhadores. Mas ressaltou que a proposta só poderá ser votada se o governo comprovar o impacto zero na receita. "Esse projeto vai ter que ser debatido, principalmente, para ver se tem neutralidade no impacto, e hoje nós não temos elementos suficientes para isso, não recebemos nenhum estudo [da Fazenda]", alertou.

Baleia observou que a economia brasileira vive um bom momento, com previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de mais de 3% e recorde de desemprego, e por esse cenário, a preocupação deve se voltar para o fiscal. Nesse sentido, cobrou sensibilidade dos partidos de esquerda.

"Os partidos de esquerda precisam amadurecer para entender que a preocupação com o fiscal significa cuidar dos mais pobres, porque se você tem o dólar nas alturas, como está hoje, acima de R\$ 6,00, você tem o reflexo desse aumento na **inflação**, e a **inflação** corrói o poder de compra do salário", afirmou. "As pessoas têm que deixar a briga ideológica para 2026, e ter responsabilidade com o país", acrescentou.

Baleia chamou a atenção, igualmente, para as reformas econômicas aprovadas pelo Congresso, como trabalhista e da **Previdência Social**. "Se a gente não tivesse, no passado recente, aprovado a reforma da Previdência, teríamos um país absolutamente colapsado. O Congresso e o governo têm que demonstrar que essa agenda [de reformas] é permanente", defendeu.

Sobre a **reforma ministerial**, que Lula deve promover em fevereiro, Baleia afirma que não existe nenhum pedido para ampliar o espaço do MDB no governo. A sigla comanda três pastas relevantes: Planejamento, Transportes e Cidades.

Nos bastidores, o nome do governador do Pará, Helder Barba-lho, desponta como provável vice de Lula, na eventual chapa do pe-tista na sucessão presidencial. Ministros da ala política defendem que Lula ofereça a vice ao MDB para atrair o partido para a coligação de apoio à reeleição.

Segundo Baleia, esse debate será feito no segundo semestre do ano que vem porque há uma demanda dos emedebistas para que a posição da legenda sobre 2026 seja definida com antecedência, até para que os governadores e prefeitos se organizem.

"Você sabe que o MDB é o partido mais democrático do Brasil, e exatamente por ser democrático é que tem as diferenças regionais", disse Baleia. "Nós temos correntes hoje dentro do MDB que defendem o apoio a uma candidatura mais de centro direita, e outras que defendem aliança já no primeiro turno com o presidente Lula", afirmou.

Ele acrescentou que ainda existe uma ala que defende a candidatura própria, como se deu em 2022 com Simone Tebet. "Essa decisão [sobre 2026] será tomada lá na frente, ouvindo a todos e respeitando a maioria do partido".

Segundo o dirigente, o MDB quer colaborar com pautas para o país. Lembrou que Lula acolheu propostas de Tebet na campanha de 2022, como o projeto que estabeleceu igualdade salarial para homens e mulheres, bem como o embrião do atual "Pé de Meia", que era o "Poupança jovem", do programa de governo da emedebista.

No ano que vem, o MDB e a Fundação Ulysses Guimarães vão discutir com lideranças da sigla, governadores, prefeitos, parlamentares e um grupo de especialistas novas propostas para o país, tendo como inspiração os documentos já produzidos pelo partido, como o "Ponte para o futuro".

"É claro que essa questão fiscal, a proposta de uma

economia liberal, com uma preocupação social, estará em discussão para buscarmos soluções para os problemas do país", afirmou. Ele lembrou que o MDB também abraçou a agenda ambiental, já que Helder Barbalho será o anfitrião da cúpula mundial do clima da ONU, a COP30, no ano que vem.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188076>

Planos de previdência privada arrecadam R\$ 51,2 bilhões

De janeiro até outubro deste ano, os planos de previdência abertos arrecadaram R\$ 51,2 bilhões, já descontando os resgates (captação líquida). O volume é 57,3% maior se comparado ao mesmo período do ano passado, quando foram arrecadados R\$ 32,5 bilhões. Os dados são da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi).

Até os dez primeiros meses de 2024, foram R\$ 162 bilhões captados no total (valor bruto), um crescimento de 16,9% frente ao mesmo intervalo de tempo do ano passado. Já os resgates, aumentaram 4,5% no período, totalizando R\$ 111 bilhões este ano.

Em outubro, último mês analisado pela Fenaprevi, as pessoas possuíam aplicados em plano de previdência privada mais de R\$ 1,5 trilhão no País. O valor, de acordo com a federação, é equivalente a 13,4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) nacional e 14,3% maior que o volume, em termos de ativos, em comparação ao mesmo mês de 2023.

O professor e diretor da unidade Floresta do Centro Universitário Estácio, Alisson Batista, que também é conselheiro de um fundo de previdência privada, atribui o alto crescimento da receita às incertezas do cenário econômico, à crescente alta da **inflação** e ao descontrole do governo quanto às questões das próprias contas.

"As pessoas querem investir em algo que seja garantido. E quando você tem um investimento que tenha laço em previdência, ou algum tipo de investimento que tenha um risco menor, com um ganho que seja rentável, isso atrai bastante os investidores, sobretudo em cenários de incertezas", comenta.

Ele pontua que a opção da previdência é mais garantida do que investir em negócios. "Os negócios podem ter altos e baixos. Na previdência, você tem isso mais controlado", reflete.

Além disso, Batista atenta para o período pós-pandemia. "Depois da pandemia, as pessoas têm tido uma maior preocupação com a questão dos anos finais da vida. Elas passaram a ter interesse em ter um plano B para a época em que elas não estiverem mais tão produtivas quanto à sua juventude", explica.

A alta crescente do dólar também contribuiu com o aumento da procura pelo planejamento previdenciário. "O dólar está caro e isso afugenta investidores de negócios de maior risco", diz.

Deságio na aposentadoria - O professor também lembra das alterações realizadas pela Reforma da Previdência, em 2019: "Hoje, quem trabalha com o regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) sabe que quando se aposentar haverá um deságio na renda, mesmo esta pessoa contribuindo com o teto. A previdência é um plus de renda que ela garante para a parte final da vida", avalia.

Ainda de acordo com o relatório produzido pela Fenaprevi, em outubro de 2024, 11,2 milhões de pessoas no País contavam com, pelo menos, um plano de previdência privada. Ou seja, cerca de 7% da população acima de 18 anos no Brasil conta com essa proteção financeira, segundo os dados. São mais de 14 milhões de planos de previdência privada aberta, dos quais 80% são da modalidade individual e 20% de forma coletiva. "A previdência privada não é algo distante. A partir de R\$ 50 a pessoa já pode fazer aportes", argumenta Batista. O professor observa ainda que o aumento constante da expectativa de vida das pessoas somados ao rombo da Previdência que só aumenta, traça um cenário em que é necessário "as pessoas abrirem os olhos para não depender somente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no futuro". Na visão dele, "quando a pessoa começa a ter um pouquinho de organização financeira, ela já começa a pensar nesses fatores".

"As pessoas querem investir em algo que seja garantido. E quanto você tem um investimento que tenha um risco menor, com um ganho que seja rentável, isso atrai os investidores"

Alisson Batista

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-21-a-26-12-2024/>

Diretor do Banco Mundial elogia reformas e vê ação do BC como "essencial"

Estevão Taiar De Brasília

A decisão do Banco Central (BC) de adotar uma postura firme para combater a inflação, afirmando que elevará a taxa básica de juros em 3 pontos percentuais ao longo de três reuniões, para 14,25% ao ano, é essencial para estabilizar o cenário macroeconômico brasileiro. Também são importantes as reformas fiscais que ficaram fora do pacote apresentado em novembro pelo governo federal, como a revisão das regras para gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios ao salário mínimo. Mas, ainda que a conjuntura tenha se deteriorado nas últimas semanas, o Brasil vem conquistando alguns avanços estruturais, como a regulamentação da reforma tributária sobre consumo, que elevarão o padrão de vida do país nos próximos anos. A análise é do diretor para o Brasil do Banco Mundial, Johannes Zutt, número 1 da instituição no país, em entrevista exclusiva ao Valor.

Apesar dos desafios macroeconômicos, "é difícil exagerar" a importância da aprovação da reforma na semana passada pelo Congresso, segundo ele.

"Finalmente chegamos ao ponto em que o Brasil substituirá um sistema tributário muito complicado, distorcido, antigo e difícil para as empresas administrarem por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), muito similar ao de outros países de renda média e alta", diz.

Por isso, ele defende que é "importante analisar o quadro todo e não apenas os poucos fatores que, nos últimos meses, estão causando preocupação". De nacionalidade holandesa e canadense, Zutt já foi diretor do Banco Mundial responsável por países como Turquia, Bangladesh, Nepal, Quênia, Eritreia, Ruanda e Somália, entre outros.

Confira abaixo os principais pontos da entrevista:

Atuação do BC

É muito importante reconhecer que o aperto monetário é absolutamente a coisa certa a ser feita nas atuais circunstâncias. É muito, muito necessário, em qualquer país, manter a estabilidade macroeconômica.

Dada a longa história do Brasil com a inflação, é

particularmente necessário para o BC deixar claríssimo que fará o que for necessário para conter a inflação e moderar as expectativas. Isso beneficiará o Brasil no médio prazo.

O BC, nos últimos anos, tem um histórico muito consistente de fazer a coisa certa para manter a inflação sob controle.

Desafios fiscais e monetários

Há um número de desafios de longo prazo que permanecem e que são todos bem-conhecidos, como gerenciar um nível relativamente alto de dívida pública, manter a inflação sob controle e garantir que as despesas fiscais sejam sustentáveis a médio e longo prazo. Essas coisas, é claro, estão conectadas.

Reforma tributária do consumo

É difícil exagerar a importância disso. Todo mundo sabe que a reforma era necessária há muito tempo. Esforços foram feitos para realizar uma reforma dessa natureza por 20 ou 30 anos, sem sucesso.

Finalmente chegamos ao ponto em que o Brasil substituirá um sistema tributário muito complicado, distorcido, antigo e difícil para as empresas administrarem por um IVA, muito similar ao de outros países de renda média e alta. Isso ajudará muito a diminuir algumas restrições a que as empresas estão submetidas.

Então é importante analisar o quadro todo e não apenas os poucos fatores que, nos últimos meses, estão causando preocupação.

Orçamento engessado

Eu não invejo o trabalho do ministro da Fazenda no Brasil. O principal problema hoje é que há tão pouco gasto discricionário e tanta rigidez no modelo de despesas que o ministro tem pouquíssima capacidade de fazer o tipo de ajuste realmente necessário. Em 1988, quando a Constituição foi promulgada, as provisões para gastos com saúde e educação provavelmente foram um passo muito importante.

Mas pode ser a hora para olhar isso de novo. Também sabemos que o sistema público previdenciário é

insustentável no médio e no longo prazos. Além disso, há muitos programas governamentais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que são ligados ao salário mínimo. Devem todos ser ligados? Eles não têm o mesmo objetivo que o salário mínimo, então pode não fazer muito sentido essa ligação. A grande pergunta para o Brasil é como endereçarmos essa rigidez de gastos a fim de que haja mais escopo para o tipo de ajuste fiscal necessário.

É preciso crescer mais

Ficamos felizes em ver há vários anos revisões para cima nas projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil.

Mas o nível ainda é muito baixo. A realidade é que um crescimento anual de 3% não é o suficiente, em um país de renda média superior, com uma parcela significativa de população pobre e ainda muito terreno para cobrir até se tornar um país de renda alta. O Brasil já cresceu 5% ao ano, nos anos 70 chegaram perto de 7%. É esse patamar que o país precisa alcançar.

Foi esse o crescimento que fez com que a China convergisse rapidamente [para patamares mais altos de renda]. O Vietnã, a Índia, todos os tigres asiáticos cresceram até 10% em alguns anos.

Como chegar lá

Os níveis de investimentos no Brasil são baixíssimos. Há muito a fazer no ambiente regulatório. Eu digo para os governos que eles devem fazer tudo que podem para ajudar o setor privado a crescer, exceto impedir a competição. Muitos governos pensam que estão ajudando o setor privado a crescer, mas na verdade estão protegendo as empresas da competição, e isso não ajuda o setor privado a crescer no longo prazo, ou até mesmo no médio prazo. Há muito que o Brasil pode fazer nessa área, incluindo coisas óbvias, como a **reforma tributária**.

Por isso ela é tão importante.

Mas existem também os diversos tipos de subsídios públicos para o setor privado. Muitos deles não vão para as empresas que deveriam recebê-los. Vão para grandes empresas que podem pegar dinheiro emprestado nos mercados financeiros e que estão por aí há muito tempo. Não são disruptivas e gostam de algum nível de lucro monopólico. Estão muito confortáveis onde estão, têm um mercado relativamente protegido no Brasil e bons lucros. Também há muita presença do governo no setor financeiro. Isso está diminuindo com o tempo, o que é bom, mas pode ser feito mais. É difícil imaginar que

funcionários públicos farão um trabalho melhor gerindo uma companhia do que pessoas do setor privado que trabalharam nesse setor por longos períodos.

Muito disso tudo tem a ver com como aumentar a produtividade. Entre 2010 e 2021, a renda per capita do Brasil cresceu 0,5% por ano, enquanto a média dos países de renda média foi de crescimento de 4%.

O que vimos nesse período foi que a produtividade no Brasil ficou basicamente estagnada.

Abertura comercial

A abertura comercial é provavelmente a próxima grande reforma que o Brasil deveria abordar. Isso poderia ser feito, em parte, removendo as barreiras de comércio dentro do próprio Brasil. Algumas empresas brasileiras que não são competidoras fortes perderiam para empresas brasileiras mais fortes.

Você pode aumentar a competição internamente sem arriscar a entrada de um grande fluxo de empresas estrangeiras em um primeiro momento. Então começar a abrir esses setores, de forma sistemática, à competição internacional.

Se o Brasil realmente quiser ser competitivo, alcançar o status de país de alta renda, ele precisa para se abrir para a competição internacional.

As empresas precisam desenvolver a habilidade de ganhar dinheiro no mercado externo. E estou muito confiante de que conseguirão.

Todos sabemos que o Brasil tem campeões nacionais. Essas empresas estão competindo de maneira bem sucedida no exterior.

O Brasil tem muita capacidade, grandes universidades, com pessoas com habilidades muito grandes.

Então ele pode fazer isso, mas também precisa de um pouco da produtividade trazida pela competição externa para que isso aconteça.

Potência verde

O Brasil tem uma grande vantagem que é uma matriz energética muito limpa. Mais de 85% da eletricidade produzida é de fontes verdes, renováveis. A média global é de 27%. Então o país pode começar a produzir produtos e serviços que são realmente verdes e se tornar cada vez mais importante para que essa descarbonização [mundial] profunda aconteça. O Brasil pode descarbonizar profundamente sua economia gastando apenas 0,5% do **PIB** a mais. É um

número muito baixo para os padrões internacionais.

Muitos países precisarão de 2% ou mais, alguns precisão de 6%, 7%, 8% para fazer a mesma coisa. Então o país tem uma grande vantagem inicial. A questão é: o Brasil fará tudo que precisa para trazer os seus produtos para o mercado verde?

Tensões comerciais e o Brasil

Quase todas as moedas perderam valor contra o dólar desde que Donald Trump foi reeleito presidente dos Estados Unidos, e o Brasil está sentindo isso. Mas o impacto na economia brasileira não será tão grande quanto muitos acreditam.

O Brasil ainda é uma economia relativamente fechada. Apenas cerca de 40% do **PIB** brasileiro está ligado ao comércio internacional, o que é bem menor que o nível para países de renda média, com cerca de 60%. Esse nível relativamente baixo significa que o Brasil tem um pouco de proteção.

"É importante reconhecer que o aperto monetário é a coisa certa a ser feita"

"O que vimos é que a produtividade no Brasil ficou basicamente estagnada"

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188076?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188076?page=2§ion=1)**

Novo cenário para o Brasil - SÉRGIO ABRANCHES

SÉRGIO ABRANCHES

SÉRGIO ABRANCHES

O ano termina com bom desempenho econômico do Brasil, uma onda especulativa no câmbio criada pelo mercado financeiro, uma saída anômala de dólares a título de remessa de lucros e dividendos, aprovação das regras para a **reforma tributária** e de reforço ao arcabouço fiscal, com alguns ajustes a menor, mas o cerne da proposta do governo foi preservado.

A economia cresceu 3,5%. A **inflação** ficou ligeiramente acima da meta, entretanto passível de voltar à meta com um dólar realista e a implementação do arcabouço fiscal robustecido.

E desemprego de 6,2%, o melhor da série iniciada em 2012, que mede com maior precisão o nível de emprego via Pnad contínua.

Não há fundamento para um ataque especulativo contra o Banco Central, que tomou medida rigorosamente ortodoxa, elevando a taxa de juros em um ponto e anunciando dois novos aumentos de mesma magnitude, nas reuniões subseqüentes, "em se confirmando o cenário esperado". O cenário imaginado pelo BC, misturou o bom estado e a resiliência da economia à excessiva preocupação com as expectativas distorcidas do mercado, pessimismo com o destino das medidas fiscais e uma **inflação** projetada à luz de incertezas que devem se dissipar.

Quando o Copom do BC decidiu pelo choque de juros, havia a possibilidade real de que nem as normas da **reforma tributária**, nem o reforço do arcabouço fiscal fossem aprovados ou descaracterizados e mitigados. Ficariam muito aquém das necessidades, frustrando um sonho de mais de 30 anos com um sistema tributário mais simples e mais justo. A semana de 9 a 13/12 foi mesmo de decisões tóxicas do Congresso, contra a vida, o clima, a saúde, a sociedade e o bom senso.

Os grupos de interesses mais fósseis e lesivos à sociedade dominaram a maioria da Câmara e contaminaram a maioria do Senado.

Numa fornada só subsidiaram armas e munições, detonaram parte relevante do Estatuto do

Desarmamento, descaracterizaram acordos de consenso, subsidiaram carvão e diesel, os agrotóxicos que envenenam nossa comida, desfiguraram a **reforma tributária** e aprovaram a castração química de pedófilos, penalidade cruel e degradante.

Para o mercado, o que importou foi o crescimento dos subsídios e a desfiguração da **reforma tributária** pelos senadores.

Ao voltar à Câmara, várias aberrações inseridas no Senado nas regras tributárias foram suprimidas, entre as exceções ficou o subsídio à compra de armas e munições que, para o mercado, parece não ter importância.

A **reforma tributária** não será a ideal, mas pode ser melhorada até sua implantação, prevista para 2033.

Suspeito que o novo sistema tributário estará pronto para entrar em vigor antes de 33. As regras fiscais adicionais ao arcabouço sofreram desidratação na margem, mas o coração do projeto, a mudança na fórmula do salário mínimo, passou.

Portanto, "o cenário esperado" pelo Copom provavelmente não se confirmará.

O choque de juros, com o aumento de um ponto, para 12,25%, já foi um tratamento forte o suficiente para desaquecer a economia. A **inflação** deve tender à meta só com este choque de juros e o final da onda especulativa sobre o câmbio. O choque de juros teve um efeito relevante imediato na política, não na economia, na qual há defasagem entre o aumento dos juros e a reação dos agentes econômicos.

Representou uma pressão eficaz sobre a maioria parlamentar tóxica. Os eleitores debitarão a deterioração da economia na conta de seus representantes.

Como a reeleição é seu objetivo principal, recuaram em parte para saírem melhor na foto.

A população vê o salário mínimo como responsabilidade do Executivo, já o BPC, cuja regra de acesso foi flexibilizada na Câmara, cairia na conta do Legislativo. Todo reduto eleitoral tem uma periferia dependente que concentra a maior parte do público do

BPC, da qual os candidatos se aproveitam.

O uso do Fundeb pretendido pelo governo foi limitado. Mas a proposta não era boa. O Fundeb precisa de uma revisão após avaliação mais aprofundada.

Os excessos especulativos do mercado financeiro são mais um episódio da marcha da insensatez desses agentes dominantes na economia. Não têm fundamento econômico. Sustentam-se em ortodoxia ideologizada, que faz o mercado desver que a política econômica de Paulo Guedes foi expansionista e que Jair Bolsonaro tramou um golpe antiliberal e autoritário, desde a posse. A grande maioria do mercado financeiro não se arrependeu, nem se redimiou de seu delírio bolsonarista e segue ignorando as boas ações econômicas do governo por aversão ao presidente e seu partido.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6792/23-12-2024.html?all=1>

A missão para 2025 - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

A economia brasileira cresceu em 2024. O **PIB** se expande a uma taxa de 34% em relação ao ano anterior e a taxa de desemprego está na casa de 6%, baixa para nossos padrões históricos. A **reforma tributária** está feita. São bons sinais. Mas a necessidade do ajuste fiscal se apresenta de forma veemente com a tensão no mercado. Está claro que um controle de despesas será determinante em 2025. O crescimento deste ano é, em parte, devido ao aumento de produtividade ocasionado pelas reformas no governo **Temer**.

Mas foi também resultado do consumo do governo, dinheiro público injetado na economia por meio de benefícios sociais, precatórios e outras despesas. Teve efeito em 2024, mas isso não dura para sempre.

A **reforma tributária** deverá contribuir, pois a simplificação do sistema trará benefícios de produtividade e de atração de investimentos. Ela terá, no entanto, uma longa transição. Além disso, a alíquota base do IVA deve ser alta.

O nervosismo recente do mercado mostra que a necessidade de um ajuste fiscal para conter a trajetória ascendente da dívida pública é uma agenda urgente para o governo a partir de janeiro.

Anunciado junto com uma renúncia no Imposto de Renda, o conjunto de medidas para conter gastos foi considerado insuficiente e ainda foi desidratado pelo Congresso.

O que acalmará o mercado é um conjunto de atitudes do governo para gastar menos

Ao elevar os juros em um ponto porcentual e avisar que fará o mesmo nas duas próximas reuniões, o Banco Central cumpre sua missão de tentar ancorar expectativas e trazer a **inflação** para a meta. A questão é que o mercado enxerga nos comunicados que o BC está sozinho na missão e que o governo não atuará na mesma direção. Há mais política monetária e menos política fiscal do que se esperava.

É por esta e outras razões que há duas semanas o dólar ronda a casa dos R\$ 6,20. Neste contexto, o BC vender reservas para conter uma alta desenfreada do

dólar é apenas um paliativo, não a solução. O Brasil tem US\$ 347 bilhões em reservas (dado do dia 19), não há problema em gastar um pouco em momentos de crise.

As reservas internacionais são um escudo contra crises. Foram fundamentais para contornar a crise de 2008, a pior que já enfrentamos. Por isso devem ser usadas com parcimônia. A venda recente foi compreensível, mas a norma é que elas não devem ser usadas como remédio de curto prazo para debelar sintomas. O que acalmará o mercado e colocará as coisas no devido lugar é um conjunto de atitudes do governo para gastar menos e conter a alta da dívida pública.

Desejo a todos um feliz Natal, com paz e tranquilidade, e um Ano-novo com saúde e esperança.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Devolução de parte de impostos à baixa renda

Thatiany Lucena

O projeto que regulamenta a **Reforma Tributária** foi aprovado pela Câmara dos Deputados, na última terça-feira (17), que agora segue para sanção do presidente Lula, trouxe novas regras sobre o cashback tributário, iniciativa que fará com que as famílias de baixa renda registradas no CadÚnico recebam uma parte do valor pago em **impostos**. Com esse mecanismo, as pessoas com renda de até meio salário mínimo (R\$ 706) poderão ser restituídas e terão maior controle dos **tributos** pagos.

Segundo o projeto, serão devolvidos, no mínimo, 20% dos novos **tributos** (IBS e CBS), que seriam pagos em qualquer gasto dessas famílias. Na prática, esse percentual pode ser aumentado por posterior lei federal (no caso da CBS) ou estadual e municipal (no caso do IBS).

A regulamentação prevê devolução de 100% da CBS e de ao menos 20% do IBS nas faturas de energia, água, gás com até 13kg e telecomunicações (internet e telefonia) para pessoas de baixa renda.

O economista Sandro Prado explica que o cashback é um tipo de restituição parecida com a que ocorre no Imposto de Renda. O cashback funciona assim, por exemplo, eu compro um produto específico e eu tenho uma renda mais alta, então não vou ter direito a restituir nada desse tributo que eu paguei, porque eu tenho uma renda maior. Já uma pessoa que tem aí o cadastro no CadÚnico, são pessoas que têm uma renda per capita de até meio salário mínimo. Essa pessoa, da mesma forma que consegue uma restituição do Imposto de Renda, vai ser restituída por uma compra que ele fez hoje de produtos que tem cashback. Essa pessoa vai comprar com o CPF dele e será restituído, provavelmente em contas eletrônicas e possivelmente já com o real digital, o Drex , detalha.

De acordo com Sandro, o cashback será uma forma de amenizar a desigualdade social. Eu acho que a gente vai ter muito mais justiça social, tratando desiguais de forma desigual. Ou seja, o cashback vai fazer com que pessoas que têm renda menor e estão consumindo, paguem menos **tributos** sobre um produto. Quem tem renda maior vai pagar mais tributo. A gente vai sim conseguir que o mesmo produto tenha dois tipos de alíquota, uma um pouco maior para quem

pode pagar mais e uma alíquota menor, ou até a isenção, para quem não pode pagar, que são as pessoas mais pobres , analisa.

Sandro destaca ainda que o CBS vai funcionar apenas de forma experimental daqui a dois anos. Em 2026, a gente vai começar a ter o CBS experimentalmente e a **Reforma Tributária** mesmo, ela vai começar em 2027. Então é uma coisa assim que não é para ninguém ficar ansioso, porque de fato é algo que não vai começar agora, de fato, aponta.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/12/devolucao-de-parte-de-impostos-a-baixa-renda.html>

Haddad defende atuação do BC para equilibrar o câmbio

O Banco Central (BC) precisa atuar no mercado para buscar um nível de equilíbrio para o dólar, disse na sexta-feira (20) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em café da manhã com jornalistas, o ministro admitiu problemas de comunicação durante a divulgação do pacote de corte de gastos que criaram ruídos no mercado financeiro.

"Temos de corrigir essa 'escorregada' do dólar aqui. Não no sentido de buscar um nível de dólar, de mirar uma meta, buscar um nível. O nível que o BC deveria atuar é buscar o equilíbrio. Sempre que houver disfuncionalidade por incerteza, insegurança, no mercado de câmbio e juros, o Banco Central deve promover correções nesse sentido", declarou Haddad.

Embora tenha defendido as recentes intervenções no câmbio pelo Banco Central, o ministro da Fazenda reiterou que o regime é de câmbio flutuante, com a autoridade monetária atuando no mercado apenas em momentos de disfuncionalidade. "O problema do BC é meta de **inflação**. Não tem outra coisa com que (a autoridade monetária) tenha de se preocupar. Tem de trazer a **inflação** para a meta num espaço de tempo adequado para a meta funcionar. Para isso, vai manter a taxa de juro restritiva", acrescentou o ministro.

O ministro afirmou que parte da alta recente do dólar se deve a fatores internacionais, como os resultados das eleições norte-americanas e a redução nas expectativas de queda de juros nos Estados Unidos. No entanto, admitiu "problemas de comunicação" na divulgação do pacote de corte de gastos que provocaram ruídos no mercado financeiro.

"Houve problema de comunicação no fim do ano que fez com que o dólar no Brasil tivesse valorização mais forte do que nos pares. É preciso corrigir a comunicação, tomar medidas e fazer com que isso traga o câmbio não para um patamar específico, mas para uma situação de funcionalidade", acrescentou o ministro.

Na véspera da apresentação do pacote de revisão de gastos obrigatórios, o dólar disparou, e a bolsa caiu após a divulgação de que o governo pretendia enviar, junto do pacote, um projeto para elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 5 mil. Somente horas mais tarde, foram vazadas as informações de que a medida será compensada com a

taxação de rendimentos acima de R\$ 50 mil por mês com uma alíquota de 10% de IR retidos na fonte, o que, segundo o ministro, compensaria o aumento da faixa de isenção.

Leilões - Depois de injetar US\$ 8 bilhões no mercado de câmbio na quinta-feira (19), o Banco Central continuou a atuar no mercado na sexta-feira (20). A autoridade monetária vendeu US\$ 2 bilhões no leilão à vista de dólares das reservas internacionais e US\$ 3 bilhões em um leilão de linha, em que o BC vende a moeda estrangeira para recomprá-la daqui a uns meses.

Com as ações nos últimos dias, o volume de intervenções do BC em dezembro chega a US\$ 25,76 bilhões, maior valor desde a criação do regime de metas de **inflação**, em 1999.

Compromisso Haddad assumiu o compromisso de que as propostas de reforma do Imposto de Renda terão impacto neutro sobre a arrecadação. "Esse é um compromisso entre o governo, os líderes partidários e os presidentes da Câmara (dos Deputados) e do Senado. Fizemos assim na **reforma tributária** sobre o consumo, que criou uma trava para não aumentar a carga tributária", ressaltou o ministro.

No caso da reforma do Imposto de Renda, Haddad afirmou que o objetivo do governo é manter a neutralidade, de modo que a arrecadação do Imposto de Renda fique estável. "Queremos que a soma da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica fique estável. O objetivo é corrigir distorções. No caso da renda, será mais de um projeto. São abordagens diferentes de um mesmo tema. No caso da renda, dá para corrigir distorções automaticamente", explicou. (ABr)

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-21-a-26-12-2024/>

A reforma tributária e alguns possíveis entraves jurídicos

Por Eduardo Salusse - São Paulo

Após um trabalho hercúleo de muitos, o primeiro projeto de lei de regulamentação da **reforma tributária** foi aprovado na Câmara dos Deputados e deve seguir para a sanção presidencial. Foi o politicamente possível.

Dentre as mais significativas alterações promovidas na última etapa, houve a rejeição da possibilidade de implantar o regime de substituição tributária para a CBS e o IBS. A substituição tributária consiste na exigência antecipada do tributo que presumidamente irá incidir nas etapas seguintes da cadeia comercial, atribuindo ao contribuinte substituto (ex.: fabricante) a obrigação do recolhimento. Esta exigência pressupõe a presunção de que a operação seguinte irá ocorrer e, ainda, exige que seja estimado o tributo (base de cálculo e alíquota) incidente na operação futura. Se a operação não ocorrer como previsto, deve-se acertar de contas, com o recolhimento do complemento ou ressarcimento do tributo pago a menor ou a maior. Isso geraria uma complexidade absurda, agravada frente a um IBS devido ao ente de destino (consumo final) do bem ou serviço. Enfim, a inexplicável iniciativa foi soterrada, embora tenha deixado uma amarga desconfiança.

O imposto seletivo promete gerar muita disputa. Houve o retorno dos critérios de fixação do imposto seletivo para veículos, que buscam impor elementos para aplicar uma espécie de seletividade entre os veículos que façam mais mal ao meio ambiente. Embora já superado, o fato é que é a queima de combustível que faz mal ao meio ambiente, assim como ocorre em várias outras máquinas e equipamentos, não havendo razão lógica para inclusão desta categoria. O raciocínio é similar ao debate do álcool, levando-se em conta que é o álcool e não os demais ingredientes onde está embarcado que pode, mediante consumo exagerado de qualquer bebida, fazer mal à saúde. Ainda, a extração mineral faz mal ao meio ambiente ou será que equipamentos destinados ao sequestro de carbono, feitos com estes mesmos minerais, tem justamente uma intervenção ambiental positiva? Nas bebidas açucaradas, idem. Pretende-se inibir o consumo exagerado do açúcar nelas contido, quando vários outros doces e biscoitos recheados ficaram de fora, sendo que o próprio açúcar puro é incentivado na cesta básica. Uma pleiade de contradições e

aparentes desvios de finalidade.

Mas as incongruências não param por aí. Incentivou-se com isenção, no plano do transporte, o transporte urbano ou metropolitano de passageiros, ao mesmo tempo em que nenhum incentivo foi dado aos patinetes ou bicicletas de uso compartilhado, cujos usuários são os mesmos. As bicicletas e patinetes, além de substituírem o transporte público oneroso em curtas e médias distâncias, ainda contribuem com a redução do tráfego, com a melhoria da saúde dos seus usuários habituais e sem nenhuma poluição ao meio ambiente. Estes efeitos, não é preciso dizer, acarretam em ganhos em diversas frentes, especialmente com a economia de tempo perdido no trânsito, a saúde e o meio ambiente.

Quanto aos medicamentos, a despeito do sistema de fast track para inclusão de novas drogas beneficiárias de alíquotas reduzidas, deixou-se, com a alteração de última hora da Câmara dos Deputados, medicamentos oncológicos modernos de fora. Isso não pode ser aceito em nenhuma hipótese. É, acima de tudo, uma imoralidade.

Há mais! Nesta semana, noticiou-se neste prestigioso jornal, a manutenção da tributação do transporte aéreo internacional de passageiros, o que parece descolar do tratamento atribuído pelo resto do mundo. Os países não tributam o transporte internacional (exceto a Índia tributa, pelo que revelam alguns estudos, na alíquota de 5% a 12%). Ao contrário do que definido, o transporte internacional de passageiros deveria ser incentivado sob a perspectiva de ampliação de cultura do tão mediano cidadão brasileiro, com fomento de novos negócios, experiências, conhecimento e inovações. Incentivou-se, ao final, que o menos abastado fique mesmo preso na gaiola tupiniquim, relegado ao subdesenvolvimento.

Os projetos de leis complementares optaram por recorrer às conhecidas "listas anexas", que podem ser defasadas no dia seguinte da sua edição. É um efeito nefasto da multiplicidade de alíquotas inserida politicamente. O legislador infraconstitucional pode classificar ou deixar de classificar de saúde, educação ou, ainda, qualificar ou deixar de qualificar algo como nocivo à saúde e ao meio ambiente de forma dissonante da realidade. O que é mais ou menos essencial, é algo subjetivo e não deveria ser o Estado

responsável por definir. O STF já enfrentou e interviu quando distorcida a essencialidade em relação ao IPI. Ao escolher "as listas", o legislador assumiu o inevitável risco de qualificar equivocadamente determinados bens, serviços e atividades, contrariando a ciência e a natureza das coisas.

Não podemos deixar de levar em conta que a finalidade da norma, aferível não apenas do texto aprovado mas na sua construção normativa, é elemento integrante constitutivo do novo direito. Quando a Constituição cria competência tributária, não apenas define materialidades tributáveis, mas também qualifica finalidades a serem alcançadas. São extraíveis pela via da interpretação.

Enfim, nestes próximos anos de transição, espera-se a correção de rumos por novos projetos de lei e algum contencioso fulcrado, especialmente, nos princípios da isonomia, da razoabilidade e no desvio de finalidade. Será um processo normal de depuração e evolução do direito, que vive a confirmar e desconfirmar a validade de normas em nosso sistema.

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da-meada/post/2024/12/a-reforma-tributaria-e-alguns-possiveis-entraves-juridicos.ghtml>

'A deterioração das expectativas de inflação é preocupante'

MURILO MELO

O cenário político brasileiro promete continuar ditando os rumos do mercado financeiro em 2025. No Brasil, a aprovação das reformas tributária e administrativa, além da pauta fiscal, são vistas como determinantes para a construção de um ambiente de negócios mais eficiente. A Selic elevada em 12,25%, o dólar superando R\$ 6,30 e a bolsa em queda também intensificam o ambiente cada vez mais desafiador. Com isso, o estresse no mercado escalou nas últimas semanas e as expectativas em relação ao ciclo de aperto monetário se intensificaram. Mesmo com medidas como o leilão de recompra de NTN-Bs pelo Tesouro Nacional, as taxas voltaram a disparar, refletindo um cenário de alta volatilidade e incertezas econômicas, impactando tanto investidores locais quanto estrangeiros.

Esse panorama, somado à preocupação com o risco fiscal e o impacto das decisões do Federal Reserve, amplia a cautela no mercado financeiro, refletindo um momento de grande instabilidade e ajustes severos nas expectativas econômicas. A curva de juros já antecipa uma Selic de 17,50% ao fim de 2025, e as apostas para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, em janeiro se dividem entre aumentos expressivos, com alta de até 2 pontos percentuais esperada para alcançar patamares próximos a 14%.

José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, aponta estratégias para os investidores adotarem em um cenário global marcado pela volatilidade e incerteza.

O estresse tem ditado as rotas do mercado financeiro nas últimas semanas. Onde está a raiz do problema?

A situação fiscal do Brasil está cada vez mais complicada, principalmente porque o governo tem aumentado os gastos de forma muito acelerada, mesmo com as receitas crescendo 9% em 2024. O resultado é que o déficit primário segue alto, mesmo com a receita aumentando. Isso fez com que a dívida pública subisse para 79% do **PIB**, um nível perigoso para um país emergente. O problema é que, apesar da alta de receitas em 2024, o governo não conseguiu aumentar **impostos** de maneira expressiva e esse movimento também não deve acontecer em 2025, o

que pode aprofundar o déficit e aumentar a dívida. Para controlar essa situação, seria necessário um superávit primário de cerca de 2,5% do **PIB**, mas as medidas que estão sendo discutidas parecem não ser suficientes para atingir esse objetivo, o que mantém o Brasil em uma situação fiscal insustentável.

Diante dessas incertezas, como prever cenários?

Os mercados já refletem o cenário complicado, com juros de 13,5% ao ano, a Bolsa abaixo de 130 mil pontos e o real desvalorizado em mais de 20% este ano, gerando pressões inflacionárias. As projeções de **inflação** para os próximos anos estão crescendo rapidamente, com as expectativas de **inflação** para 2024 a 2027 ultrapassando a meta, o que representa um fator de risco. No início do ano, muitos acreditavam que a **inflação** ficaria próxima de 3%, mas agora ninguém mais acredita nisso, e a deterioração das expectativas inflacionárias é preocupante.

E como o investidor pode se proteger?

Os investidores de curto prazo priorizam proteger o valor real de suas economias, optando por renda fixa atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) ou diversificando em moedas fortes, como o dólar. Já os investidores de longo prazo, preocupados com a baixa taxa de investimento, abaixo de 20% do **PIB**, buscam alternativas mais estratégicas, considerando a incerteza gerada pela maior participação do Estado na economia. Títulos públicos indexados à **inflação**, como NTN-Bs, oferecem boas opções, mas exigem cautela devido à volatilidade dos juros. Com assessoria adequada, ambos os perfis podem identificar oportunidades mesmo em um cenário desafiador.

O Fed (o Banco Central dos Estados Unidos) acaba de cortar os juros no país. Como as incertezas na política monetária americana e o retorno de Donald Trump à Casa Branca podem influenciar o mercado brasileiro? A vitória de Trump nas eleições americanas deve mudar profundamente a economia dos EUA nos próximos anos. Com amplo apoio no voto popular e no colégio eleitoral, ele ganha espaço para implementar políticas protecionistas, como tarifas elevadas sobre importações da China, México e Canadá. Essas medidas podem ser usadas como estratégia de negociação, elevando as tarifas globais e reduzindo o

comércio internacional, com possíveis impactos em países como o Brasil. Nos EUA, isso pode gerar **inflação** e levar o Federal Reserve a adotar juros mais altos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressão pela reforma agrária

Prestes a completar dois anos de mandato como ministro do Desenvolvimento Agrário e às vésperas de uma esperada **reforma ministerial** no governo Lula, Paulo Teixeira (PT) enfrenta forte pressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A "amizade incômoda" que o petista previu em seu discurso de posse, em janeiro de 2023, se transformou em ataque aberto na semana retrasada.

O principal líder do movimento, João Pedro Stedile, disse ao portal Brasil de Fato que Teixeira tem se revelado incompetente e classificou à coluna P a in e I, da Folha de S.Paulo, como vergonhosa a atuação das superintendências do ministério.

Entrevistado pelo jornal, Teixeira minimiza as críticas, diz que a função do MST é pressionar o poder público e que há convergência de interesses entre o ministério e o movimento.

"Em relação às críticas, todas as entregas só foram possíveis porque nós temos uma competente equipe no MDA e no Incra", afirma, aludindo ao epíteto usado pelo líder dos sem-terra.

Nos bastidores, o MST pede a cabeça do ministro, e a pressão ocorre em meio aos planos de **reforma ministerial**. Já é dado como certo que o presidente Lula trocará o titular da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta (PT), enquanto o Centrão pede mais espaço no primeiro escalão.

Teixeira promete um pacote de ações para janeiro. Entre elas, a aquisição de R\$ 700 milhões em terras para a reforma agrária, o equivalente a R\$ 1,4 bilhão em adjudicação de propriedades de devedores da União e mais R\$ 1 bilhão em terras que pertencem a bancos públicos e serão transferidas para o Incra.

Também está previsto um programa de negociação de dívidas de produtores rurais, o Desenrola Rural, e R\$ 1 bilhão em linhas de crédito para assentados e quilombolas.

O anúncio oficial estava sendo coordenado com o MST e ocorreria ainda em dezembro, em um assentamento no sul da Bahia, segundo o ministro. Mas a cirurgia de emergência do presidente Lula, há duas semanas, frustrou esses planos, e agora a expectativa é que o evento ocorra nos mesmos moldes em janeiro.

Teixeira nega que o pacote tenha sido precipitado

pelos críticos dos sem-terra. "Esse anúncio veio a partir da viabilização das políticas, que foram construídas ao longo de 2024", afirma.

"Nós não teríamos condição de formular e resolver isso tudo em tão pouco tempo".

Tampouco poderiam ter saído mais rápido, já que a viabilização das medidas dependia de outros órgãos e do Congresso, segundo o ministro. "Não dependia de mim. Dependia do governo. De toda a máquina pública. Tal foi nosso foco e nossa concentração que essas variáveis todas saíram em dezembro".

Teixeira atribui parte da relativa lentidão a "regras impeditivas da reforma agrária" emplacadas após a extinção do MDA pelo governo Michel **Temer**. Coube à nova gestão, segundo ele, remover o entulho para depois passar ao trabalho prático.

Pacote anti-MST O momento é de pressão também da bancada ruralista. No último dia 11, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que permite a reintegração de posse sem ordem judicial e aumenta penas para quem invadir propriedade rural.

A iniciativa, que ainda precisa ser votada no plenário, integra o chamado pacote anti-MST, que também inclui a caracterização de invasões de terra como terrorismo e a proibição de ocupação de cargo público por quem for considerado invasor, duas propostas que já chegaram ao Senado.

Em outra frente, em protesto contra a política de reforma agrária do governo Lula, o MST invadiu propriedades no Rio Grande do Sul e no Pará no início de dezembro e promete publicamente novas marchas e ocupações em abril do ano que vem.

Em abril de 2023, o MST invadiu nove fazendas e as sedes do Incra em sete estados, além de um terreno da Embrapa em Petrolina (PE). A ação disparou uma crise com o governo e energizou a bancada ruralista.

Questionado, Teixeira não respondeu sobre como reagirá se o MST invadir novas terras em 2025, mas disse que as medidas anunciadas contemplam as reivindicações do movimento. "Todas as demandas deles estão contempladas nas nossas entregas de curtíssimo prazo", diz. Até o fim do governo, o MDA promete assentar 60 mil famílias (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18385>

Lula agarra-se à âncora do jovem chamado Galípolo'

Maria Cristina Fernandes

Cinco dias depois de dizer que a única coisa errada que há no Brasil é a taxa de juros, na entrevista ao "Fantástico" depois de sua alta hospitalar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva transformou o diretor de política monetária e futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, na âncora de que desesperadamente precisa para tirar o governo do atoleiro.

"Um jovem chamado Galípolo", tratado por Lula como um "presente" para os brasileiros, foi o mesmo que comandou a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que aumentou em um ponto a taxa de juro, fixando-a em 12,25%, e sinalizou mais dois aumentos de igual monta.

A âncora-Galípolo começou a

ser lançada no evento de quinta-feira em que o economista, ao lado de Roberto Campos Neto, comentou o relatório de **inflação** do quarto trimestre. Comentou-se ali que ele havia assumido o comando do Copom por delegação do atual presidente do BC para dar início à transição. Campos Neto vai tirar férias e será substituído por Galípolo interinamente até aposse em 1o janeiro.

Na ocasião, Galípolo tratou de se distanciar das posições tomadas por integrantes do próprio governo que atribuíram a escalada do dólar a um ataque coordenado contra o real. Do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que viu "digitais" de um ataque especulativo, ao ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, que pediu uma investigação sobre as "fake news" envolvendo o futuro presidente do BC, o governo aderiu em variados graus à tese que acabou

por ser rechaçada por Galípolo nesta entrevista. "O mercado não é um bloco monolítico", disse. "Precisa existir alguém comprando e alguém vendendo".

Aos 42 anos, Galípolo assume, pelo menos interinamente, o papel que um dia pertenceu a Fernando Haddad, desgastado pelo próprio Lula ao ser obrigado a incluir, no pacote fiscal, a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil. Assessor econômico do presidente durante a campanha eleitoral, Galípolo

assumiu uma diretoria no BC depois de passagem pela equipe de Haddad sob forte desconfiança do mercado e dedicou-se a reverter essas expectativas mostrando-se alinhado às sinalizações do colegiado na busca pela meta de **inflação**.

Haddad tem sua reputação preservada entre os agentes econômicos, mas não dá conta de ancorar as expectativas de que o presidente

se enquadrará aos ditames fiscais de que o Brasil precisa. Depois de Galípolo na confraternização com seus ministros no Palácio do Alvorada na sexta, Lula levou-o para a biblioteca e gravou o vídeo exibido em suas redes sociais. Se, à sua equipe, havia dito que o câmbio era a única nota dissonante de um ano de boas entregas, na fala pública não deixou nenhuma margem para se mostrar alinhado às expectativas de contenção fiscal.

Mencionou a estabilidade da economia e a baixa **inflação** como condições para manter o poder de compra das famílias brasileiras e não descartou nem mesmo a adoção de "novas medidas" como Haddad havia feito na véspera no encontro com jornalistas e como outros ministros passaram a defender depois da escalada do câmbio como única chance para a recuperação da credibilidade.

O movimento iniciado por Lula

na sexta-feira foi o de quem tomou consciência de que precisa também parecer fiscalista. Para institucionalizar sua fala ao lado do futuro presidente do BC, Lula cercou-se dos ministros da junta orçamentária - Haddad, Simone Tebet (Planejamento) e Rui Costa (Casa Civil). Lula recolocou o governo nos trilhos mas o percurso em que o manteve descarrilhado o levará a correr atrás do prejuízo. Não apenas aquele decorrente da trincaju-ro-câmbio-**inflação** como também em função do preço elevado que a Congresso cobrou de um governo desacreditado para aprovar o pacote de medidas fiscais e levar o país a entrar em 2025 sem um Orçamento aprovado.

Foi igualmente o terceiro ano de seu mandato que a ex-presidente Dilma Rousseff iniciou sem Orçamento. Em 2013 o adiamento deu-se pela disputa em torno da lei dos royalties do petróleo. Desta vez

o foi pela pressão do Senado pela **reforma ministerial** e pela ocupação das comissões temáticas da Casa sob a futura mesa diretora. A alocação orçamentária focada na titularidade das instâncias ordenado-ras de despesas e não na primária das políticas públicas é o signo da disfuncionalidade do avanço do Congresso sobre as prerrogativas do Executivo. No período, sua fatia no Orçamento passou de R\$ 9 bilhões para R\$ 53 bilhões.

O Legislativo não entrou em recesso apenas na expectativa do redesenho dos ordenadores de despesas mas também daquilo que sairá dos despachos dos ministros do Supremo Tribunal Federal que continuarão a trabalhar nas férias, única instância hoje capaz de por um freio nesse avanço. As últimas semanas que precederam o recesso também foram marcadas por operações policiais sobre os desvios de emendas parlamentares.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188076>

Para 2025, cenários mais desafiadores

ROSANA HESSEL

O Correio inicia, hoje, uma série sobre os desafios na economia que o país vai enfrentar em 2025. A reportagem ouviu especialistas sobre o que esperar nos cenários macroeconômicos no ano que começa e nos seguintes. O consenso entre eles é que, depois de fazerem revisões para cima do Produto Interno Bruto (**PIB**) deste ano, sucessivas vezes, as estimativas de crescimento em 2025 e em 2026, tendem a ser revisadas para baixo.

Após o Banco Central dobrar o ritmo de alta da taxa básica da economia (Selic) na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2024, para 1,0 ponto percentual, elevando -a 12,25% ao ano, e sinalizar outras duas altas da mesma magnitude, analistas alertam para o cenário de desaceleração da atividade econômica, no próximo ano, e até mesmo de recessão - quando há queda do **PIB** em dois trimestres seguidos.

As projeções mostram o **PIB** desacelerando de 3,4% a 3,5%, neste ano, para menos de 2%, em 2025. E esse crescimento deve ocorrer, em grande parte, devido ao carregamento estatístico do crescimento deste ano, em vez de um maior fôlego da atividade econômica. Eles lembram ainda que, como os juros devem ficar mais altos, podendo chegar a mais de 15% ao longo do ano, o consumo das famílias e os investimentos privados, importantes motores do crescimento deste ano, não terão a mesma força no ano que vem.

Com juros reais - descontada a **inflação** - acima de 8% ao ano, investir no país será desafiador quando o retorno é maior na renda fixa. De acordo com os especialistas, na contramão, a surpresa no **PIB** deverá vir do setor agropecuário, pois há uma expectativa de nova safra recorde no próximo ano, o que pode minimizar uma desaceleração mais brusca na atividade.

Outro consenso entre analistas sobre os resultados da atividade econômica de 2024 é de que, além dos enorme estímulo fiscal, em 2023, com a PEC da Transição que reverberou no ano seguinte, e da melhora do mercado de trabalho não apenas no país, as reformas estruturais realizadas no Brasil contribuíram para que o **PIB** potencial passasse de 1% a 1,5% para 2% a 2,5%. Contudo, eles reconhecem que essa melhora conjuntural foi subestimada nos modelos.

"A grande história de 2024 foi a piora do cenário global, que começou o ano negativo em relação à persistência da **inflação** nos Estados Unidos, contaminando o humor dos mercados, que a situação piorou após a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, com medidas prometidas que devem aumentar a **inflação**", explica Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV.

"A **inflação** deu o tom otimista em 2023 e pessimista ao longo de 2024 e o ápice foi a decisão do Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA, de sinalizar menos cortes, consolidando uma posição de juros mais elevados no mundo", acrescenta.

"Agora, com juros mais elevados globalmente, a expectativa de crescimento global mais baixo faz com que a leitura em relação aos mercados emergentes mudasse e temas locais ganharam destaques, como a dívida pública", destaca Padovani, que não descarta uma recessão na economia brasileira na segunda metade de 2025.

Ao comentar sobre os cenários revisados à frente, a economista Alessandra Ribeiro, diretora da Tendências Consultoria, faz um alerta sobre as chances de o cenário pessimista estar aumentando a probabilidade de ocorrência, passando de 25% para 30%. Segundo ela, as chances devem aumentar enquanto persistir as incertezas em relação ao quadro fiscal, que tende a piorar.

"Sem melhorar, minimamente, o quadro fiscal, o governo pode não conter as chances desse cenário mais pessimista", aponta.

Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, reforça a tese de que os gastos públicos foram subestimados nas projeções do mercado e, após a decisão do BC na reunião deste mês, passou a prever juros de, pelo menos, 15% ao ano no fim do ciclo do aperto monetário iniciado em setembro. Pelas projeções da XP, o **PIB** deste ano crescerá 3,5%, passando para 2%, em 2025, e para 1,2%, em 2026. E, mesmo com esse cenário de desaceleração, Megale reconhece que ainda é possível ser otimista em relação ao Brasil.

"A economia brasileira já tem alguns fundamentos que são muito fortes, primeiro o mercado interno e a diversificação da economia muito interessante.

O Brasil é muito grande. Tem um mercado consumidor

interno forte e existem muitas oportunidades.

Esse é o primeiro ponto.

O segundo, é esse fato de ser um powerhouse de commodities e o mundo precisa se alimentar", afirma Megale.

Ele lembra que o país tem várias fontes de energia renovável que o destaca além de ser um importante exportador de minérios.

"Esses são os pilares positivos, mas o terceiro fato é o forte aumento da dívida pública.

Mas todo esse problema fiscal é doméstico. Já resolvemos isso outras vezes no passado e vamos fazer de novo, mas precisa de uma disciplina fiscal", complementa.

Novo patamar

A discussão em torno do arcabouço fiscal ainda está indefinida, porque o volume das despesas obrigatórias crescem acima do limite imposto na nova regra fiscal e, portanto, ele não será suficiente para estabilizar o aumento da dívida pública.

Essa é a avaliação de Fernando Honorato, economistacheefe do Bradesco. Ele demonstra preocupação com o fato de o governo querer isentar o imposto de renda de quem ganha até R\$ 5 mil.

"O governo vai desonerar os 25% mais ricos da população, que ganham entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil.

Essa é uma política voltada para a classe média e ainda não está certo como o governo vai conseguir compensar essa renúncia de receita e conseguir cumprir o arcabouço", alerta.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, ressalta que, com o aumento da incerteza em relação ao quadro fiscal, o que vem fazendo o dólar seguir acima de R\$ 6 nos próximos dias, pode contribuir para uma desaceleração mais forte na economia. Para ele, o dólar deve seguir valorizado com o retorno de Donald Trump ao governo dos EUA. E, como a política fiscal do governo brasileiro segue ruim e pode piorar, o dólar poderá chegar a R\$ 6,5.

"Esse patamar pode ser ultrapassado rapidamente, porque o país está caminhando para um cenário bem complicado, e esse choque mais forte nos juros pode abrir porta para um cenário de recessão, dependendo para onde for a taxa Selic em 2025, na véspera de mais um ano eleitoral", alerta. Para ele, o cenário fiscal está se aproximando do quadro crítico do governo

Dilma Rousseff. "Mas, se isso acontecer, será preciso um ajuste maior do que o feito em 2016, quando foi criado o teto de gastos", afirma.

Para Vale, 2024 foi o último ano positivo para a gestão de Lula.

Os próximos dois anos, segundo ele, serão mais difíceis, pois somente o agronegócio vai se beneficiar do dólar mais valorizado.

"O governo perdeu a oportunidade de fazer um ajuste fiscal e vai ter que administrar as adversidades de uma política econômica desordenada em meio uma tempestade que está vindo do lado de fora. O desarranjo doméstico e internacional pode jogar o dólar ainda mais para cima, podendo chegar a R\$ 7, em um cenário de juros mais altos nos Estados Unidos. E a população vai pagar o preço para a reversão desse cenário com mais **inflação**", explica.

Vale afirma que o governo tem mania de culpar o mercado por conta de seus erros na condução da política econômica.

"O governo criou seus próprios problemas e essa ideia de negar a realidade vai jogar a **inflação** ainda mais para cima e prejudicar o governo que pode chegar em 2026, com uma economia em recessão, em pleno ano eleitoral", frisa.

Honorato, do Bradesco, avalia que o **PIB** de 2025 vai ser uma história de dois anos, com o primeiro semestre bastante forte, impulsionado pelo agronegócio e o aumento da renda e o consumo das famílias, especialmente por conta do reajuste acima da **inflação** do salário mínimo.

"O segundo semestre pode ter um crescimento mais baixo ou até mesmo queda do **PIB**, por conta de elementos contracionistas, como impacto do aumento da taxa de juros, que pode chegar a 15,25% ao ano. O efeito disso sobre as empresas e o crédito e também sobre os gastos públicos, que tendem a ser menores do que neste ano", afirma.

Expectativas

A economista Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), também destaca que a piora no cenário internacional tende a deixar o dólar mais valorizado em 2025. "A eleição de Trump nos EUA fez o dólar disparar não frente ao real, mas também às divisas de países ricos e emergentes. Vemos um outro mundo que mudou da água para o vinho e, por isso, o mercado amplifica o movimento negativo", diz.

Após mais uma surpresa no **PIB** do terceiro trimestre, que cresceu 0,9% enquanto as previsões do Ibre eram de 0,7%, a previsão de alta do **PIB** deste ano passou de 3,3% para 3,5%.

Apesar desse dado positivo, Silvia Matos também reconhece que as perspectivas para 2025 seguem sendo de desaceleração da atividade econômica. "As taxas de câmbio e juros futuros do mercado espelham as preocupações com a insustentabilidade do quadro fiscal, porque o quadro externo mudou e demanda reações mais contundentes no front fiscal. Sem isso, o Banco Central não conseguirá, sozinho, reverter esse quadro", alerta.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6792/23-12-2024.html?all=1>

Projeções para os próximos anos

Conforme cenários prospectivos da Tendências Consultoria, a economia segue desacelerando e o governo não consegue zerar o rombo das contas públicas nos dois cenários mais prováveis. Dívida seguirá crescendo, ultrapassando 90% do PIB em 2026, no pessimista



BÁSICO 60% DE PROBABILIDADE

| Indicador | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
|------------------------------------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|
| PIB crescimento (%) | 3,2 | 3,4 | 1,9 | 1,5 | 1,3 | 1,9 |
| PIB Per Capita US\$ | 9.718,33 | 9.963,08 | 9.583,65 | 9.761,59 | 10.532,06 | 11.471,84 |
| Investimento (% do PIB) | 16,5 | 17,2 | 17,2 | 17,2 | 17,1 | 17,3 |
| IPCA (%) | 4,6 | 4,9 | 4,7 | 4,1 | 3,6 | 3,5 |
| Desemprego (% da PEA) | 8,0 | 6,8 | 6,6 | 7,2 | 7,9 | 8,2 |
| Câmbio (R\$/US\$ final de período) | 4,84 | 5,95 | 6,05 | 6,14 | 5,81 | 5,70 |
| Taxa Selic (% ao ano) | 11,75 | 12,25 | 14,50 | 13,0 | 10,75 | 9,00 |
| Resultado primário (%do PIB) | -2,3 | -0,6 | -0,4 | -0,7 | -0,6 | -0,5 |
| Deficit nominal (% do PIB) | 8,9 | 8,5 | 7,8 | 7,1 | 5,7 | 5,2 |
| Dívida Pública Bruta (% do PIB) | 74,4 | 78,2 | 82,0 | 85,5 | 88,9 | 91,2 |

PESSIMISTA 30% DE PROBABILIDADE

| Indicador | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 |
|------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| PIB crescimento (%) | 3,2 | 2,7 | 1,0 | 0,7 | -0,8 | -1,2 |
| PIB Per Capita US\$ | 9.718,33 | 9.917,06 | 8.802,51 | 8.979,91 | 9.671,25 | 10.148,70 |
| Investimento (% do PIB) | 16,5 | 17,1 | 16,9 | 16,9 | 16,7 | 16,4 |
| IPCA (%) | 4,6 | 5,1 | 6,4 | 7,0 | 5,5 | 5,2 |
| Desemprego (% da PEA) | 8,0 | 6,8 | 6,9 | 8,0 | 9,0 | 9,5 |
| Câmbio (R\$/US\$ final de período) | 4,84 | 6,21 | 6,76 | 6,85 | 6,59 | 6,74 |
| Taxa Selic (% ao ano) | 11,75 | 12,25 | 14,75 | 11,75 | 14,75 | 14,0 |
| Resultado primário (%do PIB) | -2,3 | -0,8 | -0,9 | -1,0 | -1,1 | -1,0 |
| Deficit nominal (% do PIB) | 8,9 | 10,4 | 9,1 | 7,9 | 6,3 | 5,9 |
| Dívida Bruta (% do PIB) | 74,4 | 79,4 | 86,1 | 90,7 | 99,5 | 109,2 |

Legenda: PEA - População Economicamente Ativa

Fonte: Tendências Consultoria

Produtos da ceia de Natal sobem mais que a inflação

CAMILA COIMBRA

Aceia de Natal é um dos momentos mais aguardados do ano, reunindo familiares e amigos ao redor da mesa para compartilhar pratos que remetem a afeto e celebração. Com a alta no preço das carnes nos últimos meses, a cesta dos produtos que compõem a ceia de Natal ficou 9,16% mais cara em 2024. Conforme a prévia do levantamento da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o lombo de porco registrou aumento de 19,72%, seguido pelo pernil (17,80%), filé mignon (16,87%) e picanha (14,94%).

Apesar do aumento expressivo das carnes, que têm grande peso nos gastos dos brasileiros devido aos churrascos de fim de ano, o vilão da ceia deste ano é o azeite de oliva.

O item, tradicional da gastronomia italiana, teve elevação de 21,30%, superando os cortes bovinos.

De acordo com Ian Araújo Lopes, economista e assessor de investimentos da Valor Investimentos, entre os fatores econômicos que impulsionaram os preços está a desvalorização cambial do real frente ao dólar, que encarece insumos importados e, conseqüentemente, eleva os custos de produção. "Vale ressaltar também a demanda aquecida devido à época do ano.

Produtos típicos da ceia de Natal têm uma procura natural mais intensa, o que faz os preços subirem", explica Ian.

O cenário reflete diretamente no bolso dos consumidores. Segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC/Fipe) da segunda quadrissemana de dezembro de 2023 em relação à segunda quadrissemana de novembro de 2024, o preço médio da cesta natalina subiu para R\$ 439,30, contra os R\$ 402,45 registrados no mesmo período do ano passado.

A pesquisa avaliou 15 produtos tradicionais da ceia e 11 outros itens natalinos.

Na média, o aumento supera a **inflação** acumulada do ano e dos últimos 12 meses. Segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a

inflação oficial medida pelo IBGE acumulou 4,76% nos últimos 12 meses até outubro, enquanto os cortes de carne, especificamente, tiveram alta de 5,81%, o maior patamar desde novembro de 2020.

Sobre a relação entre a **inflação** oficial e o aumento nos preços dos itens da **ceia**, Ian destaca que esses produtos sofreram reajustes superiores à média devido aos fatores já citados, além de questões sazonais.

"A sazonalidade intensifica a demanda e pressiona os preços nesse período festivo", pontua.

A expectativa para os próximos meses também não é otimista. Ian afirma que não há previsão de estabilização ou redução nos preços das carnes. "A tendência é de alta, considerando o cenário econômico interno e externo que estamos vivendo. A alta demanda interna, somada à exportação, impulsiona os preços", diz o economista.

Além disso, a valorização do dólar, que atualmente ronda os R\$ 6, tem grande impacto. "Com o dólar mais alto, as vendas externas se tornam mais lucrativas para o produtor.

Isso reduz a oferta no mercado interno e acaba pressionando ainda mais os preços para cima", explica Ian.

Alternativas Diante do aumento significativo dos preços, a nutricionista Paula Uessuge, professora do Uniceplac, sugere algumas alternativas para substituir alimentos tradicionais da ceia de Natal por opções mais acessíveis e saudáveis, sem perder o sabor característico da celebração.

"É possível trocar pratos mais caros por alternativas como frango assado recheado com farofa, que é mais econômico e igualmente saboroso", recomenda.

Outra sugestão é incluir frutas no cardápio, tanto como parte das refeições quanto nas sobremesas.

"Um mousse ou uma sobremesa com pedaços de frutas é uma excelente opção, pois é mais saudável e também ajuda a economizar. Outra ideia é transformar carnes mais caras em tortas, o que permite uma maior economia e rende uma refeição com maior volume", explica a nutricionista.

Para os acompanhamentos, o arroz pode ser incrementado com ingredientes como uvas-passas ou, para quem não gosta, cenoura ralada ou em cubos. "Essas adições tornam o prato mais nutritivo, rico em fibras e ajudam no controle da glicose no sangue, melhorando o valor nutricional da refeição." Nas sobremesas, Paula Uessugue destaca a importância de utilizar frutas variadas, com pelo menos três cores diferentes, para garantir uma maior diversidade de nutrientes.

Além de consumi-las in natura, é possível preparar sorvetes congelados ou mousses com essas frutas.

"Outra maneira de enriquecer a ceia é incluir oleaginosas, como castanhas.

Apesar de serem caras, podem ser utilizadas em pequenas porções, o que já é suficiente para fornecer gorduras boas e agregar valor nutricional ao prato", complementa.

Com essas substituições, é possível preparar uma ceia saborosa, equilibrada e mais acessível, atendendo ao paladar e à saúde de todos os participantes da celebração

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18385>

Incerteza sobre ânimo do governo para ajustar as contas gera ruído (Artigo)

LUIZ GUILHERME GERBELLI

A incerteza do mercado cresceu depois da apresentação do pacote de contenção de gastos pela equipe econômica. A leitura é de que as medidas anunciadas pelo governo, numa tentativa de recuperar a confiança sobre o rumo da política fiscal e garantir a sobrevivência do arcabouço fiscal, ficaram abaixo do esperado. Houve um ruído grande também com a apresentação da proposta de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Embora o governo tenha anunciado a taxaço para quem ganha mais de R\$ 50 mil como forma de compensar essa isenção, há preocupação de que a proposta possa gerar uma perda bilionária de arrecadação em um país que precisa ajustar as contas públicas.

O pacote foi aprovado no fim da semana passada, com especialistas dizendo que as mudanças promovidas pelo Congresso na proposta original do governo devem gerar uma redução de R\$ 20 bilhões na economia que era prevista. O Ministério da Fazenda, porém, diz que a perda foi de R\$ 2,1 bilhões e que haverá uma redução de despesas de R\$ 69,8 bilhões em dois anos.

CONTAS NÃO FECHAM. O nó se dá porque a equipe econômica só vai conseguir estancar o crescente endividamento brasileiro se colocar o País numa rota de superávits primários. Ou seja, fazer com que as receitas superem as despesas, sem levar em conta o pagamento de juros.

Em abril, no entanto, o governo anunciou uma mudança nas metas para as contas públicas em 2025 e 2026. Os alvos foram reduzidos de um superávit de 0,5% do **PIB** para 0% em 2025, a mesma meta deste ano, que foi mantida; e de um superávit de 1% do **PIB** para 0,25% em 2026. As metas de 2027 e 2028 - já no mandato do próximo presidente -, que ainda não haviam sido fixados, ficaram em saldos positivos de 0,50% e 1% do **PIB**, respectivamente.

"A questão da dominância fiscal é o grande tema", disse José Júlio Senna, ex-diretor do Banco Central, no IV Seminário de Análise Conjuntural, promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), em parceria com o

Estadão.

"Se não houver um sinal muito forte de uma mudança de postura, no sentido de mais austeridade na condu-

Sem alternativa Governo só conseguirá estancar endividamento se passar a acumular superávits primários ção das contas públicas, seja da parte do Executivo, da parte do Congresso - de preferência os dois em conjunto -, eu acho que a coisa pode se deteriorar de forma irreversível. Estamos vivendo um momento extremamente importante da história econômica do País", disse Senna, que é chefe do Centro de Estudos Monetários da FGV/Ibre.

"PRIMEIRA VELA". Na sexta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o pacote de corte de gastos encaminhado ao Congresso é a "primeira leva" de medidas do ajuste fiscal. Segundo Haddad, o conjunto de medidas é resultado de um consenso que existe hoje entre Executivo e Legislativo e, na sua visão, não faria sentido esperar outras medidas amadurecerem internamente para que fosse encaminhado algo mais robusto ao Congresso.

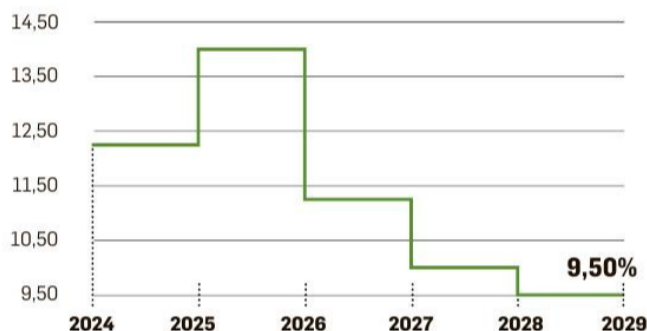
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RAIO X

Indicadores apontam para cenário de dominância fiscal

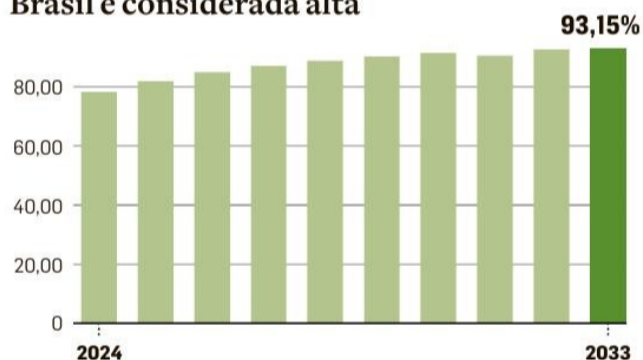
Aperto monetário

Mercado avalia que Selic deve encerrar 2025 em 14% ao ano



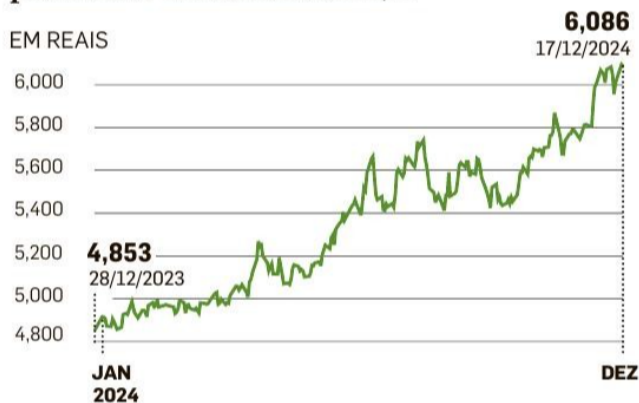
Endividamento crescente

Dívida bruta como proporção do PIB do Brasil é considerada alta



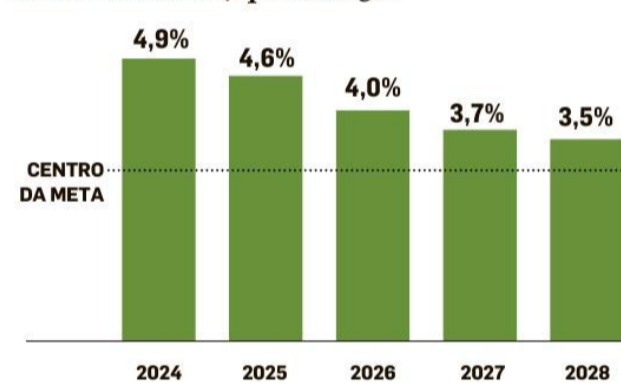
Câmbio desvalorizado

Moeda norte-americana mudou de patamar e está acima de R\$ 6



Inflação em alta

Projeção para o IPCA está acima do centro da meta, que é de 3%



FONTES: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Especialistas apostam que renda fixa vai ser o destaque do próximo ano

LUIZA LANZA

Incerteza no cenário doméstico, abertura na curva de juros e um novo ciclo de ajustes na taxa Selic. Apesar das projeções iniciais que estimavam um boom do Ibovespa em 2024, no fim das contas, foi a renda fixa que levou o título de melhor investimento do ano.

A perspectiva começou diferente nos primeiros meses de 2024. Entre janeiro e maio, a Selic foi reduzida de 11,75% ao ano para 10,50%, quando a taxa de juros brasileira estacionou por certo período. Na virada para o segundo semestre, a desancoragem das expectativas de **inflação** e a piora do sentimento em relação ao fiscal fez o mercado começar a reprecificar o ciclo de aperto monetário por aqui.

A Selic voltou a subir em setembro e encerrou o ano aos 12,25%. Isso transformou a renda fixa novamente no "refúgio" dos investidores: voltou a ser possível ganhar 1% ao mês em ativos de baixo risco. "A incerteza gerada pelo fiscal foi a principal causa do aumento nos aportes da renda fixa, que foi extremamente rentável em 2024. Quem é conservador ficou muito feliz com os rendimentos na conta", diz Jeff Patzlaff, planejador financeiro CFP e especialista em mercado de capitais.

Nas últimas semanas, os títulos do Tesouro Direto - considerados como o investimento de menor risco do mercado nacional - bateram o maior nível de retorno da história. Com o aparecimento de raridades como o "IPCA + 8%" e a taxa prefixada a 15% ao ano, é possível dobrar o capital acima da **inflação** em 10 anos.

EXTERIOR. Mas a renda fixa foi a protagonista apenas entre os investimentos do mercado doméstico, lembra Gabriel Tossato, especialista em investimentos da Ágora. Quem investiu no exterior também teve bons retornos.

Um levantamento feito pela Quantum Finance com os principais índices do mercado mostra que tanto o dólar, quanto as Bolsas dos Estados Unidos superaram o CDI no acumulado até o fim de novembro. O Ibovespa, por sua vez, tem o pior resultado. "Do ponto de vista da performance, ativos internacionais chamaram bastante atenção também, principalmente a bolsa norte-americana, com exposição ao dólar e

performance bem expressiva", diz Tossato.

Por lá, as incertezas em relação a uma recessão nos EUA foram se atenuando a medida que a economia do país se mostrou resiliente. O Federal Reserve (Fed) iniciou o tão esperado corte de juros e, em meio a um boom nas ações de inteligência artificial, as Bolsas dispararam.

Como o dólar também teve um desempenho expressivo frente ao real, ultrapassando a casa dos R\$ 6 pela primeira vez na história, a exposição internacional também foi uma estratégia vencedora.

REPRISE. Para Josias Bento, especialista em mercado de capitais e sócio da GT Capital, o Principal fator que levou a renda fixa ao posto de estrela das carteiras foi o aumento do ruído fiscal e os temores de descontrole das contas públicas. Com 2024 se encaminhando para o fim no auge do estresse do mercado em relação aos esforços do governo federal para cortar gastos e entregar os resultados primários prometidos, essa incerteza deve continuar a fazer preço pelos próximos meses. "Tudo indica que 2025 será mais um ano da renda fixa devido a perspectiva de juros altos", destaca Bento.

JANELA. Com um cenário macro ainda desafiador e juros elevados por mais tempo, a estratégia mais conservadora ainda deve predominar. Afinal, o investidor pode ficar pouco disposto a ver o patrimônio oscilar na renda variável, dado o nível elevado de retorno em ativos mais conservadores. É o que explica Luise Coutinho, head de produtos e alocação da HCI Invest.

"Há oportunidades em outras classes de ativos, como Bolsa e fundos imobiliários, mas é preciso ter cautela no peso dessas classes de ativos. Para o investidor que busca segurança e pode abrir mão de liquidez, cenário de estresse e abertura da curva de juros, acaba se tornando um ótimo momento para buscar taxas atrativas nos papéis de renda fixa", afirma.

A projeção da XP Investimentos é que o Banco Central eleve a taxa Selic até 14,25% ao ano no segundo trimestre; uma estratégia frente a um período de "freio de arrumação" da economia. Em relatório divulgado no início de dezembro, a corretora destaca como nenhum investimento brasileiro conseguiu superar o CDI ao

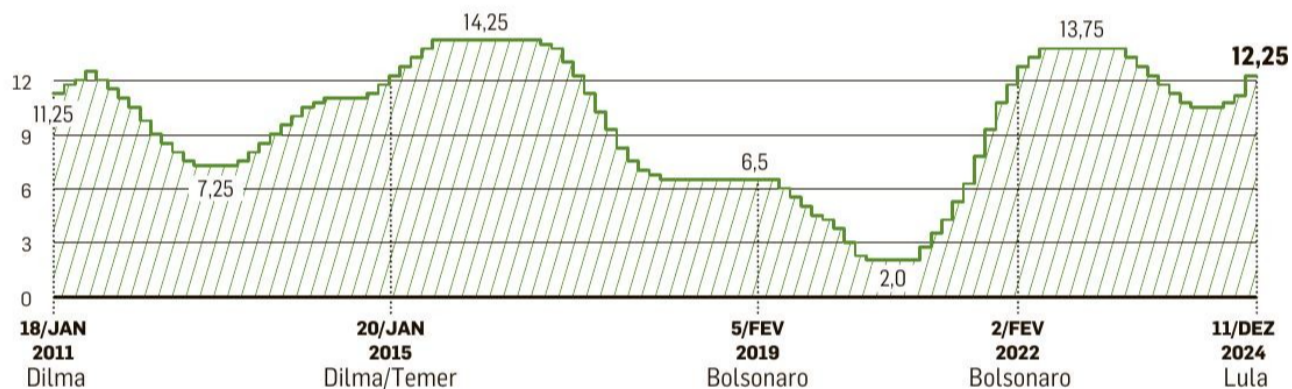
longo de 2024. "A imprevisibilidade será a marca do ano de 2025", diz o documento da XP.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

SELIC

Evolução da taxa básica de juros desde o começo do governo Dilma Rousseff

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Incerteza fiscal turva o cenário de crescimento para 2025 e 2026 - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

O Brasil caminha para terminar 2024 com um dólar na casa de R\$6 ou um pouco mais, devendo avançar em 2025 num ciclo de alta dos juros que poderá levar a Selic, hoje em 12,25%, acima de 15% ao ano. As incertezas sobre as contas públicas, dada a resistência do governo em adotar medidas mais duras de contenção de gastos, são o principal motivo para a desvalorização do real, que tem impacto sobre a **inflação** e, com isso, exige juros bem mais elevados do que se projetavam há alguns meses. Depois de mostrar força em 2024 pelo terceiro ano seguido, a economia deverá perder fôlego em 2025 e 2026, num ritmo mais intenso do que o necessário se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não hesitasse em controlar a expansão das despesas obrigatórias.

O BTG Pactual espera um crescimento de 1,5% em 2025 e de 1,4% em 2026, uma desaceleração expressiva em relação aos 3,5% estimados para este ano. "Em resumo, a deterioração fiscal e a incerteza quanto às políticas econômicas nos próximos dois anos pressionam o câmbio, elevam a **inflação** e exigem uma resposta de política monetária mais firme", escrevem os economistas do banco no cenário de dezembro. "O resultado é um crescimento mais modesto e maior volatilidade nos preços dos ativos."

Neste ano, o dólar subiu 25%, saindo de R\$ 4,8525 no fim de 2023 para os atuais R\$ 6,07. Na semana passada, a moeda bateu em R\$ 6,30 -além das indefinições fiscais, o mês tem sido marcado por um volume mais forte de saídas de dólares, especialmente devido a volumes expressivos de remessas de lucros e dividendos por parte de empresas estrangeiras. O cenário externo também ajuda a explicar a alta da moeda. As políticas de Donald Trump, a serem adotadas a partir de 2025, tendem a ser inflacionárias, reduzindo o espaço para o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) cortar juros e contribuindo para fortalecer o dólar.

Mas a grande fonte de pressão sobre o câmbio vem das dúvidas sobre a trajetória das contas públicas. Nas estimativas do BTG Pactual, fatores domésticos respondem por cerca de 90 centavos do nível atual do dólar, "refletindo, sobretudo, o aumento das preocupações do mercado quanto à sustentabilidade da dívida pública e à condução da política econômica à frente". Para os economistas do banco, "ações que contornem o Orçamento, aumentem o gasto parafiscal, minem a credibilidade monetária e cambial poderiam levar o câmbio a ultrapassar a barreira de R\$ 7 no próximo ano". Já uma indicação clara de um ajuste crível das contas públicas poderia realinhar expectativas e levar o dólar para a casa de R\$ 5,20, um cenário que parece bastante improvável no momento, avaliam eles.

"A forte desvalorização do real tem a ver com a questão da credibilidade, ou seja, com a incerteza de que o governo vai tomar medidas necessárias para melhorar o resultado fiscal", diz o economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida. Se houvesse a perspectiva de que o Brasil vai resolver o problema das contas públicas ao longo dos anos, o fluxo de recursos de fora para o Brasil poderia aumentar muito e valorizar o real, afirma Mansueto, ex-secretário do Tesouro. "O governo está disposto a tomar medidas adicionais mais duras para provar que as contas fiscais vão melhorar e não vamos ter uma dívida perto de 90% do **PIB** no final de 2027?" Entre essas iniciativas, seria fundamental reduzir o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias, fazendo, por exemplo, benefícios previdenciários e assistenciais aumentarem apenas pela **inflação** passada, e não terem mais ganho real. "Nenhum país do mundo dá aumento real [acima da **inflação**] para aposentadoria. Os países repõem a **inflação**", diz Mansueto. Outro ponto importante seria desvincular o gasto com saúde e educação da variação da receita. No pacote fiscal aprovado pelo Congresso na semana passada, houve uma mudança na regra de reajuste do salário mínimo, que vai impactar benefícios previdenciários e assistenciais. Em vez de ser corrigido pela **inflação** do ano anterior e a variação do **PIB** de dois anos antes, o mínimo terá ganho real limitado ao intervalo de 0,6% a 2,5% -o mesmo que ajusta as despesas do

arcabouço fiscal. Pela regra anterior, o piso salarial subiria 3,2% acima da **inflação** em 2025. Agora, a alta real será de 2,5%, ainda assim um aumento expressivo.

Mansueto observa que a volatilidade forte do câmbio diminui ainda mais o fluxo de entrada de recursos estrangeiros para o Brasil. "Como um investidor me falou: 'Eu sei que as empresas do Brasil estão baratas, mas eu não posso investir agora porque em uma semana eu posso perder 5% do meu investimento com a oscilação do câmbio'". Nas contas do BTG Pactual, as medidas fiscais anunciadas pelo Congresso economizarão R\$ 46 bilhões nos próximos dois anos, abaixo dos mais de R\$ 70 bilhões que eram estimados pelo governo.

Com dólar nas alturas e expectativas de **inflação** que se distanciam da meta de 3%, o Banco Central (BC) promove um choque de juros que terá efeitos sobre a economia e sobre os gastos financeiros do setor público. O BTG Pactual estima que o déficit nominal (que inclui despesas com juros) vai ficar em 7,8% do **PIB** neste ano e em 8,6% do **PIB** em 2025. São números muito elevados - um dos maiores do mundo. "Países como México, Chile, Colômbia e Peru deverão registrar déficits nominais abaixo de 4% do **PIB** no próximo ano", notam os economistas do banco. Na média dos quatro anos governo Lula, esse indicador deve ficar em 8,2% do **PIB**. "É isso que puxa o crescimento da dívida. É muito alto", diz Mansueto.

O BTG Pactual projeta que a dívida bruta encerrará 2026 em 86,1% do **PIB**, mais de 14 pontos do PIB acima dos 71,7% do **PIB** do fim de 2022. Em outubro, ela atingiu 78,6% do **PIB**.

Dos 8,6% do **PIB** do déficit nominal projetados para o ano que vem, 0,6% do **PIB** vira do déficit primário (que não inclui gastos financeiros) e 8% do **PIB** das despesas com juros, de acordo com o BTG Pactual. É de fato um dispêndio enorme com juros, que deve superar R\$ 1 trilhão em 2025, resultado de juros elevados e crescentes que incidem sobre uma dívida crescente e elevada. O caminho sem voluntarismo para reduzir os gastos financeiros e o déficit nominal passa por uma solução conhecida: a adoção de medidas de contenção de gastos obrigatórios, que avançam a um ritmo muito forte, impedindo a geração de resultados primários melhores e comprimindo despesas como investimentos.

Lula, porém, resiste a adotá-las. São iniciativas que podem ser difíceis de avançar politicamente, mas sem elas o governo colherá - como já tem colhido - juros de longo prazo muito altos e um câmbio excessivamente desvalorizado, o que pressiona a **inflação** e leva o BC a aumentar muito a Selic. Esse cenário vai provocar

uma desaceleração da economia, com impacto óbvio sobre o mercado de trabalho. Sem reverter a crise de confiança fiscal, os juros continuarão elevados, afetando a atividade em 2025 e no ano eleitoral de 2026. Se Lula não faz um ajuste fiscal mais duro por falta de convicção na importância dessas medidas, poderia pensar em promovê-lo ao menos por autointeresse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188076?page=2§ion=1>

Emergentes queimam bilhões de reserva para segurar moeda

Marcus Wong e Prima Wirayani

Do Brasil à Coreia do Sul, os bancos centrais de diferentes mercados emergentes estão formando uma linha de frente contra o dólar, que ganha cada vez mais força e empurra diversas moedas para cotações mínimas em vários anos.

O banco central das Filipinas está observando de perto a queda do peso e intensificou a intervenção no mercado de câmbio, disse o governador Eli Remolona na sexta-feira. O Banco Central do Brasil gastou US\$ 17 bilhões na última semana para dar suporte ao real, enquanto a autoridade monetária da Indonésia prometeu proteger a rupia "ousadamente" para construir a confiança do mercado.

Na Europa, o banco central da Hungria aderiu à tendência, aumentando a taxa de juros em sua oferta de swap de moeda estrangeira para acalmar os mercados.

Dirigentes de bancos centrais nas economias em desenvolvimento estão na defensiva enquanto a força do dólar causa estragos nos mercados globais, com o won da Coreia do Sul caindo para o menor valor em mais de 15 anos, enquanto a rupia indiana e o real brasileiro caíram para as mínimas históricas. Um rápido declínio das moedas emergentes pode piorar ainda mais o impacto da **inflação** de itens importados para mercados emergentes, além de aumentar o custo do serviço da dívida em passivos estrangeiros.

"É difícil ir contra uma tendência forte do dólar americano", disse Christopher Wong, estrategista de moeda do Oversea-Chinese Bank em Cingapura. "A intervenção em tal ambiente só pode desacelerar o ritmo da depreciação da moeda. Apesar disso, os bancos centrais ainda podem ter que usar uma mistura de ferramentas de intervenção verbal e real."

O índice MSCI Emerging Markets de moedas recuou 3% desde o final de setembro e está caminhando para ter sua maior queda trimestral em dois anos, liderada pelo real, florim húngaro e peso chileno. As mudanças ocorrem após o Federal Reserve (Fed, banco central americano) prever menos cortes nas taxas de juros no ano que vem e sinalizar que as preocupações com a **inflação** estão de volta ao radar.

Com a expectativa de que o dólar permaneça forte, os formula-dores de políticas nos mercados em desenvolvimento estão implementando várias medidas. A Coreia do Sul informou na sexta-feira que aliviará o limite das posições cambiais futuras dos bancos em 50% para impulsionar as entradas e lidar com os desequilíbrios de demanda e oferta no mercado de moeda local. O banco central da China continuou a sustentar o yuan com sua taxa de referência diária, definindo-a significativamente mais forte do que a previsão do mercado.

Mas nem todas as perdas nas moedas dos mercados em desenvolvimento foram consequência da força do dólar americano. O real ficou sob pressão devido às preocupações com o déficit fiscal do Brasil depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reduziu um plano de austeridade adicionando uma série de medidas de alívio para os mais pobres. O florim húngaro enfraqueceu no mês passado, pois a tensão geopolítica que alimenta as saídas de ativos mais arriscados amplificaram os ventos contrários da economia doméstica.

A baixa das moedas emergentes alimentou uma onda de apostas pessimistas, com alguns fundos hedge apostando que mais perdas se acumularão quando as políticas tarifárias propostas pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, entrarem em ação. A Broad Reach Investment Management está vendendo a descoberto o peso mexicano, juntamente com moedas do norte da Ásia, Oriente Médio e Leste Europeu, disse o CEO Bradley Wickens.

Os países desenvolvidos também estão sentindo a fúria do dólar alto. O Japão intensificou seus alertas contra especulação cambial na sexta-feira, depois que o iene caiu para uma mínima de cinco meses, com o ministro das Finanças, Katsunobu Kato, alertando que as autoridades tomarão as medidas adequadas se houver movimentos excessivos no mercado de câmbio.

Mas a resistência contra um dólar mais forte tem um custo, com as autoridades monetárias forçadas a recorrer às reservas internacionais para defender suas moedas.

"A disparada do dólar foi apoiada pela inclinação do Fed para ser menos "dovish" [inclinada à

flexibilização], mas a liquidez menor em dezembro também pode criar movimentos exagerados pronunciados", disse Alan Lau, estrategista de câmbio emergente do Malayan Banking Berhad em Cingapura. Durante esse período, os bancos centrais podem continuar tentando reduzir a volatilidade em suas moedas e evitar grandes oscilações, acrescentou.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188076>

Setor agrícola tende a crescer 5% em 2025, segundo a CNA

JULIA ROCHA

Projeções da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicam que o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio nacional, em 2025, deve reverter a retração dos últimos meses, registrando um crescimento de até 5% em relação a 2024, quando o segmento deve fechar com uma alta de 2%.

Por outro lado, em Pernambuco, após a alta de 11,4% no último trimestre deste ano, a expectativa é de que o setor se mantenha em ascensão, mas com números menos expressivos.

A diferença entre os índices do setor no Estado e no País reflete o desempenho distinto da agropecuária nos dois contextos. Enquanto Pernambuco registrou números positivos neste ano, com aumento de 12% no primeiro trimestre e de 22% no segundo trimestre, a produção no Brasil, no mesmo período, apresentou queda de 3,5% na variação do Produto Interno Bruto relativo às atividades do agronegócio.

Para a CNA, o desempenho negativo da atividade é resultado da queda nos preços desde 2023, além da diminuição na produção de algumas culturas, especialmente na agricultura dentro da porteira, como soja e milho, por exemplo.

Em Pernambuco, a análise sobre o desempenho do setor agropecuário revela que a atividade está em processo de recuperação acelerada, segundo Daniel Oliveira, diretor de estudos da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco CONDEPE/FIDEM.

Oliveira classifica a situação do setor como "favorável e promissora em relação ao seu desempenho recente" e destaca a pecuária como um dos principais motores dos indicadores agropecuários.

Ele aponta que produtos como ovos, aves e leite têm impulsionado esse crescimento com níveis de produção já se aproximando dos registrados em 2019 e 2020, superando a queda de 2022, quando o PIB estadual registrou uma queda de 0,4% no último trimestre.

Safra 2024/2025

Sobre a expectativa para o rendimento das atividades agropecuárias, que deve refletir no incremento esperado na variação do PIB do agronegócio no Brasil, a estimativa para a safra de grãos 2024/2025 é de um recorde de 322,53 milhões de toneladas, o que representa uma alta de 8,2% ou 24,6 milhões de toneladas em relação à safra 2023/2024. Os dados são da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Pecuária

Pensando no futuro da agropecuária na composição do PIB do Estado no próximo ano, embora ainda não tenha sido realizado levantamento de projeções para os próximos meses, a CONDEPE/FIDEM acredita que pode haver um aumento na participação de alguns produtos para compor o índice econômico do setor. Daniel Oliveira destaca a cana-de-açúcar como um potencial para representar esse protagonismo.

"Essa atividade é muito importante, praticamente uma locomotiva da agricultura do Estado", enfatizou, acrescentando a fruticultura irrigada como outra vertente essencial do setor agrícola.

Desafios

A produção agropecuária de Pernambuco pode enfrentar desafios ao longo do próximo ano, segundo Geraldo Eugênio, professor de engenharia agrônoma da UFRPEUAS.

De acordo com o especialista, o clima é uma das preocupações, já que a região teve uma sequência de anos, entre 2019 e 2024, com chuvas acima da média. Logo, há uma clara chance de os produtores enfrentarem um período de seca no futuro.

Além disso, o docente também destaca a importância de um olhar atento para o pequeno e médio produtor, afirmando que as instituições governamentais precisam investir no fomento e pesquisa direcionadas a esses grupos.

"Há um potencial latente de crescimento no segmento da agricultura familiar, desde que todos se convençam de que existem tecnologias disponíveis, de que há mercado e que a propriedade rural, por menor que seja, deve ser considerada uma unidade de negócio",

pontuou.

Crédito

Entre os desafios econômicos que podem impactar na colaboração do agronegócio para o **PIB**, o economista Werson Kaval destaca o aumento da taxa Selic, taxa referencial de juros no Brasil que teve um aumento de um ponto percentual, passando de 11,25 para 12,25.

"Uma taxa de juros mais alta encarece o crédito, dificultando o investimento em tecnologia e expansão, que se faz muito necessário no setor da agricultura. É claro, além de aumentar os custos financeiros para os produtores, ou seja, toda vez que temos uma elevação dos juros no País, todo tipo de crédito fica mais caro".

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/kmnq/#p=1>